



## Dia do Trabalhador é marcado por Mobilização na Orla de Maceió



**Uma grande mobilização na Orla de Maceió promovida pelo Sindicato dos Vigilantes de Alagoas – SINDVIGILANTES/AL** em conjunto com a Central Única dos Trabalhadores – CUT marcou o Dia do Trabalhador em nossa capital. O ato deste 01 de Maio repudiou os ataques aos Direitos dos Trabalhadores, à Democracia e à Prisão Política do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Na ocasião, o presidente do Sindicato, José Cícero Ferreira, destacou os abusos que o Brasil vem sofrendo nos últimos meses com a Reforma Trabalhista e o Desemprego principalmente no estado de Alagoas. “Nós vigilantes estamos de pé e vamos dar a resposta nas urnas. Nós não vamos ceder aos patrões

e nem aos políticos corruptos que ganharam dinheiro para apoiar essa Reforma Trabalhista que só tem prejudicado os trabalhadores!”, exclamou o presidente.

### **CAMPANHA SALARIAL:**

#### **Audiência no MPT Será Dia 08 de Maio**

O Sindicato dos Vigilantes de Alagoas – SINDVIGILANTES/AL e o Sindicato das Empresas de Segurança – SINDESP/AL receberam a tão aguardada Notificação requerida pelo nosso Sindicato para a Audiência de Negociação Salarial que acontecerá no próximo Dia 08 de Maio de 2018 (terça-feira), às 11 horas, na sede da Procuradoria Regional do Trabalho. Contamos com a presença de todos!

Fonte: Sindicato dos Vigilantes de Alagoas

# Vigilantes do DF: Atenção vigilantes da Feira dos Importados e que eram da empresa Mistral



Reunião no SINDESV-DF,  
sexta-feira, 04/05, às 09h (para quem estiver de folga)  
segunda-feira, 07/05, às 09h (para quem estiver de folga)

“O SINDESV-DF convoca todos os vigilantes que eram da empresa Mistral e prestam serviço na Feira dos Importados para participarem de reunião, onde abordaremos assunto do interesse de todos e todas.

Contamos com a sua presença!

O assunto da reunião é sobre as Verbas Rescisórias

Fonte: Sindesv DF

## Monteforte e Envipol são notificadas por desrespeitar Acordo Coletivo



A diretoria do SINDSEGUR está atenta e de olho nas empresas que teimam em descumprir o Acordo Coletivo de Trabalho dos vigilantes patrimoniais do RN.

É o caso das empresas Monteforte Segurança e Envipol, que desrespeitaram o cumprimento das horas noturnas reduzidas e não pagaram os trabalhadores conforme o Acordo Coletivo da categoria.

Diante de tal abuso o nosso sindicato já

notificou as referidas empresas para que façam as devidas correções e respeitem os direitos dos vigilantes. A diretoria do SINDSEGUR está alerta para denunciar todo e qualquer abuso praticado pelos patrões. Vamos continuar cobrando respeito junto às empresas e, se necessário, encaminhar mediação no Ministério do Trabalho com o objetivo de fazer valer o que é nosso por direito.

Fonte: Sindsegur/RN

# Vigilante de eventos que atuou antes de norma ministerial não receberá periculosidade

Vigilante de eventos que atuou antes de norma ministerial não receberá periculosidade



A Quarta Turma do Tribunal Superior do Trabalho acolheu recurso da Empresa Porto Alegrense de Vigilância Ltda. para afastar a condenação ao pagamento do adicional de periculosidade a vigilante de eventos que atuou na Arena Grêmio em período anterior à edição da portaria do Ministério do Trabalho que incluiu a atividade entre aquelas que dão direito à parcela. Para a Turma, o adicional é devido somente após a publicação da Portaria 1.885/MT, de 2/12/2013, e o último evento no qual o vigilante atuou ocorreu antes dessa data.

Contratado pela empresa em março de 2013, ele trabalhava na segurança de eventos e jogos na Arena Grêmio, em Porto Alegre (RS). Na reclamação trabalhista, requereu a condenação do empregador ao pagamento do adicional, com o argumento de que, a partir da edição da Lei 12.740/2012, sancionada em 8/12/2012, a parcela passou a ser devida aos agentes de segurança pessoal e patrimonial.

A empresa de vigilância, por sua vez, alegou que a lei somente teve sua eficácia reconhecida após ser regulamentada pela portaria do Ministério do Trabalho, publicada quase um ano depois, quando o vigilante não mais atuava

nos jogos na arena.

Ao examinar a escala de jogos e os recibos apresentados no processo, o juízo da 27ª Vara do Trabalho de Porto Alegre (RS) constatou que o último evento em que o vigilante atuou foi em 10/6/2013 e indeferiu o pedido. O Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região (RS), no entanto, entendeu pela aplicação imediata da Lei 12.740/12 e condenou a empresa ao pagamento do adicional até aquela data.

A decisão não prevaleceu no julgamento do recurso de revista da empresa ao TST. A relatora, ministra Maria de Assis Calsing, assinalou que é necessária a prévia regulação pelo Ministério do Trabalho da incidência do adicional de periculosidade sobre as atividades de segurança pessoal e patrimonial e dos efeitos pecuniários da sua concessão, o que só ocorreu com a publicação da Portaria 1.885/MT, de 2/12/2013. Como o vigilante foi demitido antes dessa data, a Turma, por unanimidade, deu provimento ao recurso para excluir a condenação ao pagamento do adicional.

(LC/GS)

**Processo: RR-21499-35.2014.5.04.0027**

Fonte: TST

# Maio Lilás reforça importância de sindicatos na defesa dos direitos trabalhistas



O Ministério Público do Trabalho (MPT) lança na próxima segunda-feira (7) a campanha Maio Lilás, que terá diversas atividades no sentido de lembrar a importância de discutir a liberdade sindical e da participação dos trabalhadores e trabalhadoras na atuação dos sindicatos para a promoção da defesa dos seus direitos. As ações incluem debates, exposições, iluminação de prédios públicos, entre outras atividades promovidas pela Procuradoria-Geral do Trabalho (PGT) e pelas procuradorias regionais, nos estados.

O lançamento será, na sede da PGT, em Brasília, em conjunto com a Procuradoria Regional do Trabalho no Distrito Federal e Tocantins (PRT 10). O evento contará com uma mesa-redonda sobre o tema “Liberdade sindical e reforma trabalhista”, bem como com o lançamento da revista em quadrinhos sobre “sindicatos” e do site, que traz informações para trabalhadores e empregadores sobre a “reforma” trabalhista.

Para o procurador do MPT e coordenador nacional de Promoção da Liberdade Sindical, João Hilário Valentim, “a discussão da liberdade sindical e da participação dos trabalhadores nos seus sindicatos ganha relevância este ano, em especial em razão das mudanças promovidas nas relações de trabalho por força da Lei 13.467, a lei da reforma trabalhista. A campanha Maio Lilás teve início no ano de 2017, como uma das ações da coordenação, e, neste ano, ganha relevo em especial por conta da reforma trabalhista”, esclarece.

Hilário explica que existem, atualmente, diversos obstáculos às atividades dos sindicatos – como a dificuldade de custeio – o que se agravou após

a reforma, que tornou facultativa a contribuição sindical. “Um sindicato precisa de recursos para promover as ações de defesa dos interesses de seus representados e a crise no custeio afeta diretamente a ação sindical”, conclui o procurador.

## Debates

Participarão da mesa-redonda procuradores e representantes de entidades sindicais patronais e de trabalhadores, como CSB, CUT, a Federação Nacional das Empresas de Serviços Contábeis (Fenacon) e a Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC). A mesa-redonda também abordará pontos como liberdade sindical, práticas antissindicais, negociação coletiva e direito de associação, entre outros.

Também serão lançados o site e um vídeo sobre a reforma trabalhista, esclarecendo detalhes sobre as mudanças implementadas e explicando o que muda após a aprovação da nova legislação. As duas ferramentas foram idealizadas pela procuradora do Trabalho Vanessa Patriota da Fonseca, vice-coordenadora nacional de Combate às Fraudes Trabalhistas (Conafret). Será inaugurado, no mesmo evento, o Instagram do MPT e da Procuradoria Regional do Trabalho no Distrito Federal e Tocantins (PRT 10).

## Campanha

Ao longo do mês de maio, cada procuradoria regional terá uma programação local para o Maio Lilás. Entre as atividades previstas estão a iluminação das sedes da instituição, em todo o país, com a cor lilás, bem como a aplicação de laços e fitas nos edifícios públicos. Também serão enviados ofícios às autoridades locais solicitando que iluminem prédios públicos. Além disso, serão distribuídos, para o público, exemplares da mais recente edição do “MPT Quadrinhos”, sobre sindicatos, bem como promovidos fóruns, debates e exposições sobre o tema.

A cor lilás é uma homenagem às 129 mulheres trabalhadoras, que foram trancadas e queimadas vivas em um incêndio criminoso numa fábrica de tecidos, em Nova York, em 8 de março de 1857, por reivindicar um salário justo e redução da jornada de trabalho. No momento do incêndio, era confeccionado um tecido de cor lilás.

Fonte: Rede Brasil Atual

# Suspeito de assalto a banco é assassinado dentro de ambulância do Samu

## Investigações preliminares da Polícia Civil mostraram que José Batista foi atingido por cinco tiros na cabeça



Nenhum profissional da equipe do Samu ficou ferido.

Foto: Divulgação.

Um homem, suspeito de integrar uma quadrilha de assalto a bancos, foi morto dentro de uma viatura do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (Samu), enquanto a ambulância passava pela BR-408, em Paudalho, Mata Norte do estado. A Polícia Civil, que investiga o caso, informou que homens encapuzados e armados entraram no veículo e executaram, na manhã desta terça-feira (19), o paciente José Batista de Souza, de 37 anos. A vítima estava sendo transferida da Unidade Mista Francisco de Assis Chateaubriand, em Carpina, para o Hospital da Restauração (HR), no Recife. Nenhum profissional da equipe do Samu foi atingido.

Investigações preliminares da Polícia Civil mostraram que José Batista foi atingido por cinco tiros na cabeça na investida contra a ambulância do Samu. Ele teria dado entrada na Unidade Mista de Carpina depois de ser socorrido por policiais militares. Suspeito de integrar uma quadrilha de assalto a banco, ele havia sido atingido por tiros após um confronto com PMs, na madrugada desta terça. Além de José Batista, outros dois homens foram baleados durante a troca de tiros. Eles morreram no local. Outro suspeito de integrar a quadrilha

tentou se esconder em uma caixa d'água e foi encontrado morto dentro dela. Dois homens ainda conseguiram fugir. "Os dois mortos eram integrantes do Primeiro Comando da Capital (PCC), mas o que tentou se esconder numa caixa d'água ainda está sem identificação", informou a Polícia Civil.

De acordo com a Polícia Militar de Pernambuco, policiais do 2º Batalhão receberam, na madrugada desta terça, informações de que uma quadrilha de assalto a banco, que teria explodido uma agência do Bradesco nessa segunda-feira (30) em Sirinhaém, estava chegando à Carpina. "As guarnições seguiram em diligências e conseguiram localizar um carro com placa do Rio Grande do Norte. Ao se aproximar para proceder abordagem, os suspeitos atiraram contra o efetivo, que revidou. Na troca de tiros, um dos suspeitos ficou ferido e foi socorrido para a Unidade Mista Francisco de Assis Chateaubriand", informou a PM por meio da assessoria de comunicação. Com o grupo, a PM apreendeu uma pistola ponto 40 e um revólver calibre 38.

### Outro caso

Em 2016, um caso semelhante foi registrado no Recife. Um suspeito de participar de um assalto a uma pizzaria do Ipsep, Zona Sul da capital, foi morto a tiros dentro uma ambulância do Corpo de Bombeiros quando era levado ao hospital. Próximo ao viaduto da Avenida Caxangá, na Iputinga, Zona Oeste da cidade, a viatura foi alcançada por um carro branco, de onde desceram quatro homens encapuzados. Eles renderam o motorista, abriram a porta traseira da viatura e efetuaram os disparos.

Fonte: Zero Hora

# Com Temer, Brasil só gera emprego formal para quem ganha no máximo 2 salários mínimos



A nova lei trabalhista está gerando empregos precários, sem direitos e com salários baixos, como a CUT sempre alertou ser o real objetivo da reforma proposta pelo ilegítimo Michel Temer (MDB-SP). Este ano, as poucas vagas formais, com carteira assinada, geradas em um mercado de trabalho cada vez mais precário, foram com salários de, no máximo, dois salários mínimos, ou R\$ 1.908,00.

Os dados se referem ao primeiro trimestre deste ano e foram levantados pela Folha de S Paulo com base no Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), do Ministério do Trabalho, órgão subordinado ao ilegítimo Temer.

Segundo o levantamento, foram fechadas vagas em todas as faixas com vencimento maior do que dois salários mínimos. No Norte e no Nordeste do Brasil, a situação é pior. O ano de 2018 começou com a abertura de empregos na faixa de até um salário mínimo (R\$ 954).

O Ministério do Trabalho diz que os números refletem um processo de recuperação e que a expectativa é que o saldo positivo chegue aos cargos com melhor remuneração. Difícil acreditar em tal previsão quanto o próprio ministério divulga aumento de vagas com contratos de trabalho intermitente e regime parcial, nos quais os trabalhadores podem receber menos até do que um salário mínimo por mês, já que só trabalharão apenas nos dias em que forem convocados pelos patrões.

Durante toda a tramitação da reforma trabalhista, a CUT denunciou que a retirada de direitos era mais uma etapa do golpe de 2016, que sempre foi contra o governo democrático e popular que ampliou direitos sociais e trabalhistas e, portanto, promoveria o maior retrocesso nos direitos conquistados ao longo de décadas e décadas de luta, lembra o presidente nacional da CUT, Vagner Freitas.

Segundo ele, ao se aliar a parte mais gananciosa e mal intencionada dos brasileiros para dar o golpe e usurpar o poder, Temer assumiu compromissos com o empresariado que queria retirar direitos trabalhistas e previdenciários da classe trabalhadora.

Quando assumiu, teve de pagar o que prometeu. E entidades patronais, como a CNI, praticamente a autora das mudanças na CLT, cobraram a fatura que deveria ser paga pela classe trabalhadora. A cobrança surtiu efeito rápido. Mal assumiu, Temer encaminhou ao mesmo tempo ao Congresso Nacional as reformas Trabalhista e Previdenciária, esta última barrada com muita luta, com a greve geral de 28 de abril de 2017; e a PEC do congelamento dos gastos.

“Na verdade, Temer e seus aliados transformaram a classe trabalhadora brasileira em mercadoria. É ele que comercializa nossa mão de obra a preço de banana para o empresariado conservador e ganancioso que só pensa em aumentar ainda mais os lucros”, aponta Vagner.

A nova lei trabalhista entrou em vigor em novembro de 2017, mas vários itens, entre eles a autorização para que grávidas e lactantes trabalhem em locais insalubres, dependem de regulamentação.

E, ao contrário do que garantiu o governo, não está gerando empregos, a taxa de desemprego no primeiro trimestre deste ano alcançou 13,1%, o que significa que o Brasil tem hoje 13,7 milhões de pessoas procurando emprego.

Fonte: CUT/RS

Expediente:

Boletim produzido pela assessoria de comunicação da CNTV

Presidente da CNTV: José Boaventura Santos

Secretário de Imprensa e Divulgação: Gilmário Araújo dos Santos

Colaboração: Jacqueline Barbosa

Diagramação: Aníbal Bispo

www.cntv.org.br  
cntv@terra.com.br  
(61) 3321-6143

SDS - Edifício Venâncio Junior,  
Térreo, lojas 09-11  
73300-000 Brasília-DF